

RESSOCIALIZAÇÃO

JUDICIÁRIO DE MT AMPLIA COLETA BIOMÉTRICA DE PRESOS NAS COMARCAS POLOS

INICIATIVA busca evitar que custodiados enfrentem dificuldades no acesso a direitos básicos por falta de documentos

ASSESSORIA TJMT

Até o dia 17 de fevereiro, o Poder Judiciário de Mato Grosso implantará em 12 comarcas o sistema de identificação civil no sistema prisional para garantir que a coleta biométrica seja realizada já na audiência de custódia. A proposta é evitar que pessoas privadas de liberdade enfrentem dificuldades no acesso a direitos básicos, como saúde, educação e trabalho, devido à ausência ou erro no registro civil.

A ação teve início em outubro de 2024 no Fórum da Comarca de Cuiabá, onde a biometria já vinha sendo feita durante as audiências de custódia.

O anúncio do ‘Dia D - Identificação Civil para as Pessoas Privadas de Liberdade’ aconteceu nesta semana, em evento virtual. A iniciativa atende à Resolução n.º 306/2019 do Conselho Nacional de Jus-



FOTO: DIVULGAÇÃO

A COLETA SERÁ CONDUZIDA PELO PODER JUDICIÁRIO

tiça (CNJ).

A coleta biométrica será conduzida pelo Poder Judiciário de Mato Grosso, por meio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário

e Socioeducativo do Estado (GMF) e da Corregedoria-Geral da Justiça (CG-J-MT), em parceria com o Governo do Estado. O programa Fazendo Justiça, do CNJ, que integra o Pro-

grama das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), também presta apoio técnico à ação. “A falta de identificação dificulta a reinserção dos reeducandos em programas

de ressocialização. Presos que não têm nenhum documento não podem ter inscrição em programas básicos, conseguir um emprego, nem abrir uma conta no banco”, destacou o supervisor do GMF, desembargador Orlando de Almeida Perri.

Servidores capacitados do Poder Judiciário atuarão nas comarcas polos de Cáceres, Sinop, Alta Floresta, Diamantino, Tangará da Serra, Rondonópolis, Primavera do Leste, Barra do Garças, Juína e São Félix do Araguaia, além das comarcas de Porto Alegre do Norte e Colíder. O processo será realizado com kits de decadatilar, que captam as impressões digitais dos dez dedos.

Os dados coletados serão incorporados ao banco de Identificação Civil Nacional (ICN), gerenciado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aprimorando o registro e controle de identidade dos custodiados.

OPERAÇÃO RENT A CAR

Polícia Civil cumpre mandados contra membros de facção envolvidos no tráfico interestadual de drogas

GRUPO CRIMINOSO utilizava veículos alugados para o transporte do entorpecente em Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal

ASSESSORIA /
POLÍCIA CIVIL-MT

A Polícia Civil, por meio da Delegacia Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), deflagrou nesta quinta-feira, 13, a Operação “Rent a Car”, para cumprimento de 10 ordens judiciais com foco em uma facção criminosa envolvida com tráfico interestadual de entorpecentes.

As ordens judiciais, sendo seis mandados de busca e apreensão e quatro de prisão, foram cumpridas em Cuiabá, Várzea Grande, Aragarças (GO) e em Brasília, (DF). A operação integra os trabalhos do programa Tolerância

“

A OPERAÇÃO INTEGRA OS TRABALHOS DO PROGRAMA TOLERÂNCIA ZERO

Zero, do Governo do Estado, para combate à atuação de facções criminosas em Mato Grosso.

As investigações realizadas pela Denarc iniciaram em abril de 2024 para apurar



FOTO: DIVULGAÇÃO

a prática de tráfico interestadual de entorpecentes envolvendo os Estados de Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. No final do mês de maio de 2024, um dos membros

do grupo criminoso foi preso em flagrante pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na cidade de Primavera do Leste, transportando 18 tabletes da droga Skunk, também conhe-

cida como “supermaconha”.

Após a prisão deste suspeito, as investigações se aprofundaram, sendo possível identificar os demais membros da facção, bem como o modo de ação utilizado pelo grupo criminoso, que sempre utilizavam carros alugados para transportar os entorpecentes. No decorrer da investigação, no mês de agosto de 2024, um segundo membro da facção foi preso em flagrante pela equipe da PRF.

Com base nos elementos apurados durante as investigações, o delegado da Denarc, André Rigonato, representou pelas ordens judiciais contra membros da facção criminosa.